

MÓDULO 2

AULA 01 - PASSO 1: ORGANIZAÇÃO PARA RESILIÊNCIA FRENTE AOS DESASTRES



A CCCR é contemplada com 10 passos a fim de apoiar o desenvolvimento urbano sustentável por meio das atividades de resiliência e da compreensão dos riscos a nível local. Em 2015, a campanha foi atualizada com o Marco de Sendai. Na tabela abaixo, constam as atualizações do Marco de Hyogo para o Marco de Sendai.

Tabela 1: Comparação dos Marcos de Hyogo e Sendai.

Passos da campanha	Marco de Hyogo (2005-2015)	Marco de Sendai (2015-2030)
1	Quadro institucional e administrativo.	Organização para resiliência frente aos desastres.
2	Recursos e financiamento.	Identificar, compreender e utilizar os cenários de riscos atuais e futuros.
3	Avaliações de risco e ameaças múltiplas – conheça seu risco.	Fortalecer a capacidade financeira para a resiliência.
4	Proteção, melhoria e resiliência de infraestrutura.	Alcançar o desenvolvimento urbano resiliente.
5	Proteção de serviços essenciais: educação e saúde.	Proteger as zonas naturais de amortização para melhorar as funções protetoras dos ecossistemas.
6	Construção de regulamentos e planos de uso e ocupação do solo.	Fortalecer a capacidade institucional para a resiliência.
7	Treinamento, educação e sensibilização pública.	Compreender e fortalecer a capacidade social para a resiliência.
8	Proteção ambiental e fortalecimento dos ecossistemas.	Aumentar a resiliência das infraestruturas.
9	Preparação, sistemas de alerta e alarme, e respostas efetivas.	Assegurar uma resposta adequada e efetiva frente aos desastres.
10	Recuperação e reconstrução de comunidades.	Acelerar o processo de recuperação e reconstruir melhor.

Fonte: ONU, 2012; UNITED NATIONS, 2017



Definição do passo

O primeiro passo, intitulado *organização para resiliência frente aos desastres*, propõe que a cidade conte com uma ordenada estrutura e procedimentos claros para que as principais questões sobre resiliência sejam respondidas. Também é necessário que a liderança nessa estrutura seja forte, além das responsabilidades serem corretamente atribuídas. Desta forma, para que esse passo possa ser plenamente desenvolvido, sugere-se que a RRD esteja presente no plano estratégico da cidade (UNISDR, 2017).

A CCCR, instituída pela UNISDR (2017), sugere como cada passo pode ser implantado na cidade, quais os atores envolvidos e os dados necessários para a efetivação das ações propostas. Essas informações serão detalhadas logo abaixo.

Algumas perguntas podem ajudar a identificar essas necessidades propostas pelo primeiro passo da campanha:

- existe, e se existe, como está estruturado o órgão de coordenação de proteção e defesa civil no município?
- como se dá o envolvimento e a participação dos setores que precisam fazer parte das decisões relacionadas à RRD?
- a resiliência é um termo compreendido e, principalmente, conhecido a ponto de ser adotado como estratégia para o desenvolvimento da cidade?

Como colocar esse passo em prática?

- Estabelecer uma estrutura organizativa (criar um conselho municipal de proteção e defesa civil, de gestão de riscos e desastres ou um conselho local de resiliência);
- Assegurar que todos os integrantes envolvidos no processo de construção de resiliência compreendam a importância da RRD;
- Estabelecer leis, decretos e estratégias a fim de reduzir os riscos de desastres;
- Desenvolver um planejamento estratégico visando à organização para resiliência e RRD e ajustá-lo a cada cinco anos ou conforme as necessidades da cidade;
- Caso possua análises de risco, utilize-as para serem integradas ao planejamento estratégico da cidade;
- Definir as funções de cada responsável por liderar as respostas de emergência, os cenários de mitigação e de perigo;
- Destinar a responsabilidade de resiliência para as principais partes interessadas, para que, com o acesso às informações de risco, as decisões e as respostas aos desastres sejam adequadamente aplicadas;

- Garantir que os investimentos municipais considerem as análises de risco;
- Avaliar investimentos municipais e iniciativas de resiliência aos desastres em termos de benefícios e deficiências;
- Desenvolver padrões de desenvolvimento urbano para definir os níveis de tomada de decisão;
- Participar e construir alianças com grupos relevantes ou partes interessadas, incluindo todos os níveis do governo, sociedade civil, organizações comunitárias e setor privado;
- Criar políticas para reunir e gerenciar dados para compartilhar entre as partes interessadas e cidadãos;
- Utilizar ferramentas para captura e compartilhamento de dados com outras organizações e com o público.

Atores relevantes

- Departamentos de autoridades locais e municipais. Por exemplo: gestores de desastres, gestores do meio ambiente, da saúde, educação, habitação, urbanismo, finanças, administração, segurança pública, dentre outros.
- Atores do setor da redução da RRD e resiliência. Por exemplo: ONGs e instituições acadêmicas.

Dados necessários

- Lista de contatos dos atores envolvidos e matriz de responsabilidades/organograma e demais informações pertinentes acerca dos envolvidos, como um marco de colaboração ou a descrição das suas funções na estrutura proposta;
- Levantamento dos documentos e requisitos das políticas, estratégias ou mecanismos necessários;
- Informação relevante sobre o risco, como projeções e tendências climáticas;
- Demografia;
- Inventário dos desastres anteriores, incluindo número de mortes, danos e custos;
- Coleta de dados e plataformas de intercâmbio;
- Desenvolvimento e adoção de estratégia para monitoramento e cobrança das responsabilidades assumidas pelos órgãos e seus respectivos gestores;
- Coleta de dados e plataformas de compartilhamento.



Exemplos

Um bom exemplo nacional é a cidade de Campinas, que se organiza, investe e atua em várias frentes na busca por tornar-se uma cidade mais resiliente. Em 2013, por meio do decreto nº 18.045 a cidade instituiu o *Comitê da Cidade Resiliente*. Nesse mesmo ano, a prefeitura investiu em prevenção, adquiriu sensores de alerta e instalou 36 equipamentos em locais sujeitos a inundações. Outra medida foi a remoção de famílias para moradias dignas. Essa remoção correspondeu a 64% do número de moradores em áreas de risco e foi custeada pela arrecadação do IPTU. Além disso, em 2014, a Defesa Civil de Campinas realizou no centro de capacitação de proteção e defesa civil o treinamento para o uso da ferramenta de auto avaliação (HFA) da CCCR (CAMPINAS, 2014).

A nível internacional pode-se mencionar, como exemplo, a reunião de alguns países da América Latina e Caribe no Paraguai em 2016 para debater a prevenção a desastres e segurança alimentar. Em função dos desastres causados por fenômenos naturais que entre 2003 e 2014 afetaram aproximadamente 67 milhões de pessoas na América Latina e no Caribe, deixando custos estimados em 34,3 bilhões de dólares, a *Food and Agriculture Organization* (FAO) apoiou esses países através de uma iniciativa regional que foca na gestão dos riscos de desastres, no uso sustentável dos recursos naturais e na adaptação às mudanças climáticas (NAÇÕES UNIDAS, 2017).

REFERÊNCIAS

CAMPINAS. **Defesa Civil capacita gestores pela campanha Cidades Resilientes.** Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22430>>. Acesso em: 14 mar 2014.

G1. **Cidade resiliente, Campinas moderniza Defesa Civil:** Ações inovadoras são reconhecidas pela ONU e permitem reduzir danos em casos de desastres naturais. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/especial-publicitario/prefeitura-de-campinas/campinas-agora/noticia/2017/02/cidade-resiliente-campinas-moderniza-defesa-civil.html>>. Acesso em: 31 jul 2017.

NAÇÕES UNIDAS. **Países de América Latina e Caribe debatem prevenção a desastres e segurança alimentar.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/paises-de-america-latina-e-caribe-debatem-prevencao-a-desastres-e-seguranca-alimentar/>>. Acesso em: 31 jul 2017.

ONU. **Como construir cidades mais resilientes:** um Guia Para Gestores Públicos Locais, Genebra: Nações Unidas, 2012.

UNISDR. **How to make cities more resilient a handbook for local government leaders.** Geneva, 2017.

.